



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2024

TARDE

AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA DE FISCALIZAÇÃO CONTABILIDADE

NÍVEL SUPERIOR – PROVA DISCURSIVA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **5 (cinco)** questões discursivas você receberá do fiscal de sala as folhas de textos definitivos;
- Cada questão discursiva deverá ser redigida em até **25 (vinte e cinco)** linhas.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e o preenchimento das folhas de textos definitivos;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher as folhas de textos definitivos;
- Para o preenchimento das folhas de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) na folha de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em sua folha de textos definitivos, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento das suas folhas de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca de folha de texto definitivo em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas nas folhas de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa prova!**

Questão 1

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, a execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração Pública contratante, especialmente designados para tanto, conforme requisitos estabelecidos em lei, sendo permitida a contratação de terceiros para assisti-los ou subsidiá-los com informações pertinentes para o exercício de tal atribuição.

Nesse contexto, analise o papel do fiscalizador do contrato, à luz do mencionado Diploma Legal, enfrentando, especificamente, os seguintes pontos:

- a) **Indique se existem requisitos legais para que determinado servidor efetivo ou empregado público pertencente a quadro permanente da Administração Pública possa ser designado fiscal do contrato e, em caso positivo, especifique-os.**
- b) **Avalie a possibilidade de responsabilização civil objetiva de terceiro contratado para a aludida finalidade e a viabilidade de contratação de terceiro eximir a responsabilidade do agente público designado como fiscal do contrato.**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

Questão 2

Em uma ação de fiscalização de contas, o Tribunal de Contas de um Estado da federação evidenciou que o prefeito de um município jurisdicionado assumiu, pessoalmente, a gestão de convênio firmado com municípios limítrofes cujo objeto era o repasse de verbas para execução de projetos de infraestrutura de interesse comum. Ao avaliar a execução do referido convênio, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) identificou diversas irregularidades que, nos termos de sua Lei Orgânica, culminariam na rejeição das contas e na aplicação de penalidades, dentre outras medidas.

O processo de fiscalização fora devidamente convertido em tomada de contas especial, na forma autorizada nas normas do TCE. Após a conclusão dos procedimentos instrutivos e observado o devido processo legal, o Tribunal decidiu pela imputação de débito e aplicação de multa ao prefeito.

Considerando os fatos narrados na situação hipotética e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, apresente um texto dissertativo que aborde os seguintes itens:

- a) A competência para julgamento das contas do prefeito, inclusive a forma de manifestação do TCE nesse processo e a estabilidade/rigidez de seus efeitos.**
- b) A possibilidade de o TCE aplicar diretamente sanções e imputar débito ao Prefeito Municipal, considerando as funções de controle externo atribuídas ao Poder Legislativo local.**
- c) A competência para execução e cobrança do débito imputado e sua natureza jurídica.**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

Questão 3

O Tribunal de Contas de determinado Estado recebeu uma denúncia sobre graves ilegalidades na execução de um contrato de uma relevante obra de infraestrutura que envolvia significativo montante de recursos estaduais. Como não havia auditores disponíveis na Diretoria de Auditoria de Obras Públicas, unidade técnica do Departamento de Controle Externo desse Tribunal, foram designados servidores sem formação específica na área, mas com mais de dez anos de experiência em auditorias de operacionais na Diretoria de Auditorias de Políticas de Educação.

Tão logo a denúncia fora distribuída, a equipe instaurou uma auditoria de operacional tendo por objetivo “avaliar a legalidade e legitimidade da execução do contrato XXX firmado entre a empresa XPTO Ltda e o Estado”, indo imediatamente a campo. Não foi definido, previamente, um cronograma de trabalho e nem delimitado o alcance das investigações. Na coleta de evidências, a equipe de auditoria utilizou-se tão somente da técnica de entrevistas e concluiu pela inexecução parcial do contrato e por dano de R\$ 800 mil ao erário.

Considerando a situação hipotética apresentada, e considerando os princípios fundamentais de auditoria do setor público, analise os fatos narrados apontando as infrações às normas de auditoria. Em sua análise, apresente, necessariamente:

- a) Quais são três partes da auditoria;
- b) Quais são as modalidades de auditoria, as etapas de realização da auditoria e as respectivas infrações aos princípios fundamentais de auditoria no setor público presentes nos fatos narrados;
- c) Quais medidas de garantia de qualidade dos trabalhos de auditoria não foram observadas pelo Tribunal de Contas na situação apresentada.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

Questão 4

Uma entidade do setor público exerce atividade regulatória, visando o bem estar e segurança da sociedade de forma geral.

Em 2023, a entidade reconheceu as seguintes receitas:

- Tributos: 400.000
- Venda de ativos que era utilizados em suas atividades: R\$240.000
- Juros: R\$210.000
- Multas: R\$150.000
- Royalties: R\$80.000

1. Das receitas reconhecidas, indique qual é o saldo e a composição das:

- a) receitas com contraprestação; e**
- b) receitas sem contraprestação.**

2. Indique qual é o tratamento contábil para o reconhecimento das:

- a) receitas com contraprestação; e**
- b) receitas sem contraprestação.**

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

5 _____

6 _____

7 _____

8 _____

9 _____

10 _____

11 _____

12 _____

13 _____

14 _____

15 _____

16 _____

17 _____

18 _____

19 _____

20 _____

21 _____

22 _____

23 _____

24 _____

25 _____

Questão 5

Uma sociedade empresária atua na atividade de perícia contábil. Seus serviços eram realizados em 4 salas comerciais localizadas no mesmo andar de um prédio, no Centro.

Em 31/12/2023, o valor contábil das salas comerciais eram os seguintes:

- Imóvel A: R\$30.000
- Imóvel B: R\$40.000
- Imóvel C: R\$50.000
- Imóvel D: R\$60.000

A vida útil das quatro salas foi estimada em 10 anos a partir desta data. Além disso, a sociedade empresária deprecia os seus ativos imobilizados de acordo com o método da linha reta e não considera valor residual.

Ainda, em 31/12/2023, foi estimado que os valores justos de cada sala eram os seguintes:

- Imóvel A: R\$32.000
- Imóvel B: R\$42.000
- Imóvel C: R\$53.000
- Imóvel D: R\$64.000

Em 01/01/2024, com o objetivo de otimizar custos, a sociedade empresária decidiu realizar as suas atividades apenas no imóvel D, enquanto o planejamento em relação aos outros imóveis era o seguinte:

- O imóvel A passou a ser utilizado como depósito para guardar os móveis e os computadores que estavam nas salas desocupadas. Após encontrar nova destinação para esses ativos, o imóvel será colocado à venda por seu valor justo.
- O imóvel B foi imediatamente alugado a terceiros, que trabalhavam com a mesma atividade, por R\$2.000 ao mês.
- O imóvel C foi destinado a aluguel e anunciado por meios eletrônicos. Era esperado obter R\$4.000 ao mês, a título de aluguel.

A sociedade empresária optou por avaliar os seus ativos pelo valor justo, sempre que permitido pelas normas contábeis brasileiras.

Indique e explique, em 31/01/2024, em relação às salas comerciais A, B, C e D:

- a) A classificação contábil no balanço patrimonial da sociedade empresária.**
- b) O montante reconhecido no balanço patrimonial.**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

Realização

